

Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990. Ferreira, Darlene Aparecida de Oliveira¹ – São Paulo: Editora UNESP, 2002. 462p.

Resenha

Alexandra Maria de Oliveira²

aleoli@usp.br

Este livro é fruto do trabalho de doutorado intitulado: *O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 1930 à de 1990*, orientado pela Profa. Dra. Lúcia Helena Gerardi. Apesar de não ser essencialmente um trabalho de geografia agrária trouxe sua contribuição à geografia agrária brasileira. Os estudos de geografia agrária brasileiros enfocam em sua maioria, como bem revelou a autora, temáticas sobre uso da terra, organização da produção, colonização, modernização da agricultura, complexo agroindustrial, pequena produção, campesinato, reforma agrária, questão da terra e organização do espaço agrário, enquanto a autora desenvolveu um levantamento do material bibliográfico e uma análise da geografia agrária brasileira de meados dos anos 30 até meados dos anos 90, indicando a partir de suas fontes: textos publicados em periódicos, revistas e anais de congressos e, ainda, encontros científicos na Geografia, as tendências de cada período histórico da geografia agrária no Brasil.

No Capítulo I a autora abordou “Geografia Agrária no Brasil conceitos e tempos”, no Capítulo II analisou “Geografia e Geografia Agrária: fronteiras”, no Capítulo III, “Geografia Agrária brasileira: fontes e referências”, no Capítulo IV, “As décadas de 1940 e 1950 – anos dourados”, no V Capítulo, “As décadas de 1960 e 1970 – anos turbulentos”, o VI Capítulo “As décadas de 1980 e 1990 – influências, e no Capítulo VII, “Ao final, um balanço e o futuro”.

A essência de seu estudo corresponde ao terceiro capítulo, onde a pesquisadora apresentou a sistematização das fontes e referências em quadros, tabelas e figuras.

¹ Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira é professora nos cursos de Ciências Sociais e Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara.

² Doutoranda em Geografia Humana DG/FFLCH/USP.

De acordo com a professora Dra. Darlene Ferreira, o levantamento bibliográfico referente aos periódicos e anais de congressos permitiu um registro de mais de 1.600 trabalhos entre artigos, comunicações, resumos e trabalhos completos publicados em reuniões científicas. Com isso, foi possível analisar as temáticas discutidas, os autores, as instituições e as influências teórico-metodológicas dos geógrafos que discutiram a geografia agrária ao longo das seis décadas analisadas.

Essa é uma das contribuições mais sérias e significativas do livro à Geografia Agrária brasileira. A autora registrou e quantificou em forma de tabelas, gráficos e quadros a produção geográfica em agricultura presente nos periódicos e anais dos encontros científicos.

De início a pesquisadora, estudou a Geografia Agrária em seus primeiros momentos no Brasil, a influência francesa e, em menor escala a alemã, a importância dos pesquisadores estrangeiros como: Pierre Defontaines, Pierre Mombeig, Francis Ruellan e Leo Waibel na construção de uma Geografia Agrária essencialmente brasileira. Essa “Geografia Agrária Clássica” de 1934 a meados dos anos 60 esteve preocupada com a diferenciação espacial da agricultura. Nela havia uma preocupação com as condições naturais, as relações agricultura e meio ambiente, os problemas da colonização, a questão da terra, os sistemas de uso da terra, a organização agrária e a configuração das paisagens rurais. Foi um período no qual se formou e firmou os primeiros geógrafos profissionais no Brasil, ligados diretamente aos mestres europeus, porém, que procuraram conhecer e construir a partir do Brasil uma Geografia Agrária brasileira.

A autora segue analisando a Geografia com seus avanços e limites diante da interrelação com as outras ciências, como a História, a Matemática, a Estatística, a Sociologia e a Economia.

Darlene notou que a influência de postulados de outras ciências sobre a Geografia Agrária apareceu ao longo de toda sua história, como método, técnica ou teoria. Esta relação ao mesmo tempo que contribuiu para a consolidação da Geografia Agrária brasileira, foi vista com restrições pelo prof. Dr. Alexandre Felizola Diniz que chamou a atenção dos geógrafos para o “processo de descaracterização da Geografia Agrária posto pelo exagero nas análises sociológicas e econômicas e o esquecimento dos autores geógrafos” (p.109).

A autora continua mostrando um extenso levantamento bibliográfico da produção relativa a Geografia Agrária brasileira em periódicos de 1935 a 1995. A partir de quadros, tabelas e gráficos foi possível revelar as temáticas mais discutidas no período, os autores que se destacaram, as instituições/ universidades e associações de maior influência no pensamento dos geógrafos brasileiros e as diferentes formas de análises discutidas na Geografia Agrária brasileira.

A primeira observação a fazer acerca do trabalho da pesquisadora refere-se ao método de análise escolhido. A preocupação que permeou o livro foi a idéia da produção de um conhecimento científico. Um modelo fechado em um corte temporal sempre apontando para um tempo linear estabelecido. Este caminho de análise envolve riscos de simplificação da realidade, uma vez que ignora as contradições profundas sob as quais se deve analisar a realidade. Uma dessas contradições está na própria constituição do Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, em 1978.

Assim, como por exemplo, a autora apresentou as temáticas que mais se destacaram, os autores que mais publicaram, as instituições e Universidades mais influentes, mas ignorou a questão política que foi decisiva na constituição do ENGA. O grupo que criou o ENGA, rompeu literalmente com a Associação do Geógrafos Brasileiros - AGB no momento em que esta fazia uma crítica a falta de contribuição social da Geografia brasileira e se abria aos estudantes. Com isso, o ENGA foi por muitos anos, hoje um pouco menos, um evento extremamente fechado em um grupo de professores e seus orientandos, como era um evento de alguns e não de todos, conseqüentemente, quem publicava eram esses poucos. Esses são fatos da história da Geografia fundamentais na análise da sistematização da produção da Geografia Agrária brasileira.

Outra observação refere-se a escolha das fontes e referências de análises. O conjunto de artigos, resumos, trabalhos completos e comunicações selecionados pela autora, em sua grande maioria, não apresentam reflexões aprofundadas, baseadas em pesquisas capazes de construir um referencial teórico-metodológico a altura do desafio posto pela autora que foi o de revelar autores, instituições, métodos e tendências de análises de destaque no período analisado.

Por fim, a terceira observação diz respeito às opiniões emitidas pela autora, muitas delas, são apoiadas em interpretações apressadas e, muitas vezes, infelizes. Ao analisar a

influência marxista na Geografia Agrária, a autora citou um trecho do artigo “Agricultura e indústria no Brasil” do prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e seguiu observando, com ar melancólico, como era a produção dos textos sob essa influência. “São trabalhos de cunho bastante teórico que procuravam aproximar as proposições do materialismo histórico e dialético à realidade geográfica. A referência espacial, tão presente nos trabalhos da Geografia da década de 1950, desapareceu. Não existem, ou são raras, as ilustrações, mapas ou fotos. (...)” (p.168).

Primeiro, é preciso esclarecer que, conforme Prado Jr.³, nos trabalhos de cunho dialético, o mundo real é sempre referência para se pensar o conhecimento. Elaborado, esse conhecimento do real, o mesmo tem o sentido de dirigir a prática que busca, sempre, a transformação, ou seja, as teorias, os conceitos só têm sentido de serem estudadas, de existir, se servirem para explicar o real. Portanto, para o materialismo histórico e dialético a relação teoria e prática é fundamental na construção do conhecimento e na constituição de uma prática transformadora.

E quanto à referência espacial, a mesma tem se revelado nos conceitos que ganharam substância real e na representação de mapas e gráficos qualitativos, como os mapas de ocupações de terras e os gráficos dos conflitos fundiários no campo brasileiro entre outros que estão sendo constantemente atualizados pelos geógrafos.

Os três últimos capítulos que seguem apresentaram a discussão da produção da Geografia nas décadas de 1940/50, 1960/70 e 1980/90. No capítulo IV – Décadas de 1940/50, a autora reafirmou a importância dos pesquisadores estrangeiros na formação dos primeiros geógrafos brasileiros, como os professores: Orlando Valverde, Manuel Correia, Roberto Lôbato, Nice Lecoc Miller, Ester Rossini e Pasquale Petrone entre tantos outros que preocuparam-se na construção de uma Geografia Agrária brasileira, embora, a mesma, estivesse intimamente próxima da escola francesa de Geografia.

O capítulo V – As décadas de 1960/70 – anos turbulentos, é analisada como o momento do enfraquecimento da chamada Geografia Tradicional e a emergência da Geografia Quantitativa, sua consolidação e enfraquecimento, e, ainda, o manifestar-se da denominada Geografia Radical.

³ PRADO, Jr. Caio. Dialética do conhecimento. 4ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1961.

Para a autora, nesse momento, a Geografia Agrária brasileira começou a passar por um processo de transformação no qual a tecnologia apareceu como o ponto causador das mudanças. Estas se revelaram em diferentes formas de análises que surgem, umas desaparecem outras prosseguem. O palco dessas publicações foram, sobretudo, o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia dentre outros periódicos menores e, ainda, a criação do ENGA e seus anais. Temáticas sobre a questão da produção agrícola, geografia e meio ambiente, sistema de utilização da terra, reforma agrária mantiveram-se nos periódicos da década de 60. Os novos rumos se tornaram mais evidentes a partir da segunda metade da citada década, com as “Comissões de Levantamento da Utilização da Terra e de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional – UGI.

Na busca da cientificidade a Geografia caminhou por modelos, leis e testes científicos, com a chamada Geografia Teorética Quantitativa dinamizada, sobretudo, a partir do *Campus* da Unesp – Rio Claro e do IBGE.

Uma contribuição metodológica importante nos assuntos relacionados com a utilização da terra foi dada pela professora Elza Keller. Ela propôs o mapeamento de utilização da terra através de operações combinadas de gabinete e campo, mediante técnicas de fotointerpretação apoiadas nas observações no terreno. Nesse momento, o trabalho de campo passou a servir apenas de apoio para esclarecer e complementar detalhes, imperceptíveis nas fotografias aéreas.

Outra inovação técnica veio a partir dos professores Antônio Ceron e Alexandra Felizola Diniz, ambos desenvolveram técnicas de cartografia quantitativa para mensuração e representação dos vários indicadores relacionados à tipologia da agricultura. Esses pesquisadores ganharam visibilidade, sobretudo, na Revista Brasileira de Geografia, no Boletim de Geografia Teorética e nos anais dos ENGA's. Mesmo assim, a chamada Geografia Crítica emergiu na década de 70, com uma Geografia Agrária preocupada em fazer uma crítica ao desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro.

Portanto, para a autora, as décadas de 1980/90 são consideradas como o momento onde as ações e as idéias foram reflexo do que aconteceu anteriormente. A temática central das décadas de 1980/90 foram os estudos sobre a modernização da agricultura, a partir da leitura dos complexos agroindustriais e o contraponto a essa temática veio a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, abordado a partir da

contradição entre os movimentos camponeses e o agronegócio no campo. Temas como a fronteira Amazônica, a luta pela terra e a reforma agrária foram discutidos pelos professores, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rosa Ester Rossini, Bertha Becker, Lia Osório Machado dentre outros.

Por fim, para a professora Darlene, “o futuro aponta para uma ciência – Geografia e Geografia Agrária - preocupada com o legado natural e cultural que será deixado às próximas gerações, esse parece ser o rumo da Geografia Agrária para o futuro, interessada em questões relacionadas à percepção dos impactos ambientais da atividade agrícola e às alternativas ecologicamente sustentáveis, às estratégias de sobrevivência e progresso de grupos familiares sem perda de seus traços culturais fundamentais, à visão (novamente) integrada da atividade agrícola, numa espécie de “nova paisagem”, na qual o visível e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e as trajetórias globais que os determinam” (p. 340/41). Enfim, o futuro parece apontar para uma ciência preocupada com a percepção dos impactos ambientais, com a continuidade dos traços culturais dos grupos sociais e a concepção dos lugares. Porém, duas questões ficam no presente: qual a contribuição da Geografia Agrária, hoje? E, ainda, como nossos encaminhamentos teóricos-metodológicos têm contribuído para o desenvolvimento da Geografia Agrária? Talvez, as respostas a essas questões estejam onde sempre estiveram os mestres da Geografia Agrária brasileira: - lá, no campo.